

Gládis Joziane Machado de Souza

**SOCIEDADE EM REDE E CIDADANIA DIGITAL**

Porto Alegre  
2006

Gládis Joziane Machado de Souza

**SOCIEDADE EM REDE E CIDADANIA DIGITAL**

Trabalho de Conclusão de curso realizado como pré-requisito para aprovação na disciplina BIB03037 – TCC do Curso de Biblioteconomia da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Professor Doutor Valdir Jose Morigi.

Porto Alegre  
2006

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S729r SOUZA, Gládis Joziane Machado de

Sociedade em Rede e Cidadania Digital / Gládis  
Machado de Souza

Orientação: Valdir Jose Morigi.  
- Porto Alegre, 2006. 58 fls.

Trabalho de Conclusão de Curso

1. Cidadania 2. Sociedade em rede 3. Cidadão digital I.  
Valdir José Morigi II. Título

“Acredito na racionalidade e na possibilidade de recorrer à razão sem idolatrar sua deusa. Acredito nas oportunidades de ação social significativa e de política transformadora, sem necessariamente derivar para corredeiras fatais de utopias absolutas. Acredito no poder libertador da identidade sem aceitar a necessidade de sua individualização ou de sua captura pelo fundamentalismo. E proponho a hipótese de que todas as maiores tendências de mudanças em nosso mundo novo e confuso são afins e que podemos entender seu inter-relacionamento. E acredito, sim, apesar de uma longa tradição de alguns eventuais erros intelectuais trágicos, que observar, analisar e teorizar é um modo de ajudar a construir um mundo diferente e melhor. Não oferecendo as respostas – elas serão específicas de cada sociedade e descobertas pelos próprios agentes sociais – mas suscitando algumas perguntas pertinentes.”

*Manuel Castells*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao meu orientador, Professor Valdir Jose Morigi, pela paciência, compreensão e experiência que me dedicou no decorrer da elaboração deste trabalho. A todos os professores, funcionários e colegas da Faculdade de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande Sul.

Aos profissionais da área que conheci ao longo do curso, que me inspiraram na escolha da profissão. Especialmente Nádia Tanaka, Paulo Cattelan, Rejane Tonetto, Irma Carina Brum Macolmes, Cláudia Guzzo, Raquel Cristiane Guimarães entre tantos outros que me serviram de exemplo.

Aos amigos que chegaram antes e aos que conquistei durante esta jornada, que me deram todo apoio e incentivo nas horas em que mais precisei, não me deixando desistir no meio do caminho.

Agradeço à minha mãe, Dona Glaci, por toda a dedicação que me entregou durante toda a vida. Agradeço pelo esforço, pela compreensão, pelo amor, pela amizade e sobretudo pela incondicional presença ao meu lado em todas as fases da minha caminhada.

Aos meus sogros, pais de coração, a Dona Eunice e o Sr. Luiz Carlos, pelo apoio dedicado, pela força e por serem as pessoas que mais acreditaram em mim, juntamente com a minha mãe.

Ao meu filho Vinícius e ao meu esposo André, agradeço pela compreensão nas horas em que precisei quase abandoná-los para me dedicar ao estudo, ao trabalho e a mim mesma. Reconheço que sem o amor e a presença de vocês, talvez não tivesse conseguido.

Obrigada a Deus e a todos que fazem parte da minha vida.

## RESUMO

A cidadania, vista como inerente ao ser humano nos dias atuais, é muitas vezes algo inatingível a muitas pessoas, às quais deveria beneficiar. Ela é constituída de direitos e de deveres. Conceituar a cidadania e o seu desenvolvimento, através da evolução da sociedade, é o primeiro passo para o conhecimento das possibilidades geradas pela realidade atual. A cidadania é expressa de variadas formas, entre elas a inclusão digital, onde se insere a sociedade em rede, ela proporcionaria aos cidadãos, utopicamente, as mesmas oportunidades. A rapidez das mudanças nas tecnologias traz novas ferramentas para o cidadão e a emergência de uma reavaliação nos próprios conceitos. Pensar em informação e comunicação leva a refletir sobre as novas tecnologias, sua relação com o indivíduo na conquista do seu lugar como cidadão e também que o fortalecimento dessa cidadania tem como fator fundamental a educação, incluindo a educação digital. A sociedade em rede tem por finalidade proporcionar o acesso às informações que são necessárias a uma pessoa. A sociedade em rede faz emergir a cidadania digital, porque é um meio através do qual a sociedade em rede e toda a tecnologia disponível para sua utilização se tornam necessárias, mas pode se tornar inválida se as pessoas não estiverem capacitadas a fazer uso deste serviço. Através dessas conceituações será verificado como se configura a cidadania na sociedade em rede, de que maneira se dá o acesso e quais as políticas disponibilizadas para os cidadãos, tanto pela iniciativa privada quanto pelo setor público. Algumas iniciativas e ferramentas que têm como finalidade promover o acesso democrático à cidadania e que facilitam que esta seja exercida de forma plena serão exemplificados.

**Palavras-chave:** Cidadania Digital. Cidadão Digital. Sociedade em Rede.

## **ABSTRACT**

Even the citizenship has been seen as inherent to the human, many times it is something unreachable for many people. The citizenship is constituted of rights and duties. Knowledge of citizenship and its development through the societies evolution is the first step to recognize the possibilities generated by the current reality. The citizenship is expressed by many forms, including digital inclusion, where the network society is in. It would provide to the citizens, theoretically, the same chances. The quick changes in the technologies brings to the citizen, new tools and the emergency of a reevaluation of the concepts. To think about information and communication makes to ponder about new technologies and its relation with the individual in the conquest of its place as a citizen. It makes to recognize, also, the growing of the citizenship involves education, including the digital education. The network society purpose is to provide the access to the information which is necessary to anyone. This purpose is responsible to make the digital citizenship appears because it is a way through the network society and all the available technology becomes necessary. But does not work if people are not enable to use this service. Through these concepts, the work will show how the citizenship is in the network society and what policies are available for the citizens, including the private initiative and public sector. Some ideas and tools which have the purpose to promote the democratic access to citizenship will be related.

**Word-keys:** Citizenship. Network Society. Digital citizen.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>1.2 Objetivo Geral .....</b>	<b>11</b>
<b>1.3 Objetivos Específicos .....</b>	<b>12</b>
<b>2 METODOLOGIA.....</b>	<b>13</b>
<b>3 CIDADANIA E SOCIEDADE EM REDE .....</b>	<b>14</b>
<b>3.1 Origem da Cidadania .....</b>	<b>14</b>
3.1.1 A cidadania na Roma Antiga .....	15
3.1.2 A cidadania na Grécia Antiga .....	17
3.1.3 A cidadania na Idade Média e Contemporânea .....	18
<b>3.2 Sociedade em Rede e Cidadania Digital .....</b>	<b>22</b>
<b>3.3 Sociedade em Rede e a Desterritorialização da Cidadania .....</b>	<b>28</b>
<b>4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO DIGITAL .....</b>	<b>32</b>
<b>5 POLÍTICAS DE CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA DIGITAL .....</b>	<b>37</b>
<b>5.1 Telecentros .....</b>	<b>38</b>
<b>5.2 Serviços do Governo On-line .....</b>	<b>41</b>
<b>5.3 Consulta Processual .....</b>	<b>44</b>
<b>5.4 E-mails Gratuitos .....</b>	<b>45</b>
<b>5.5 Bancos On-line .....</b>	<b>47</b>
<b>5.6 Bibliotecas Virtuais/digitais .....</b>	<b>48</b>
<b>5.7 Bases de Dados .....</b>	<b>51</b>
<b>6 CONCLUSÃO .....</b>	<b>53</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>55</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da raça humana, os homens tentam, muitas vezes em vão, se inserir na sociedade onde vivem, seja participando ativamente ou apenas encenando um papel pré-determinado. Na sociedade atual, não é diferente. Apesar do avanço em áreas como: tecnologia, saúde, transporte, entre outros, a palavra *cidadão* é para poucos, e muitos não sabem o seu verdadeiro significado, nem a extensão e a profundidade desta palavra.

O conceito de cidadania como o conhecemos foi cunhado historicamente, mas nem sempre quis dizer participação de todos nas decisões, ele foi se desenvolvendo e se modificando através dos tempos. A cidadania tem sua origem na *pólis* grega, e se iniciou com a necessidade, em consequência do crescimento das cidades, de organização e de que os homens pudessem exercer seus direitos, mas também executar seus deveres. Nas *pólis* greco-romanas, todo homem livre era considerado um cidadão, e como cidadão tinha o direito e o dever de participar ativamente nas decisões políticas referentes à sociedade onde estava inserido.

Neste período, os homens escravos e as mulheres não eram considerados cidadãos. Os homens escravos porque, quando capturados nas guerras, perdiam seus direitos de cidadão. E as mulheres porque sua participação só era aceita na esfera particular, à mulher cabia o cuidado com a casa e com a família, sendo nula sua participação na esfera pública. A cidadania grega e romana era propiciada por uma democracia direta, onde os cidadãos da *pólis*, escolhidos por sorteio, decidiam em conjunto e executavam as decisões tomadas por todos. A informação nessa época era basicamente oral.

Na Idade Média, a cidadania não teve vez, nem voz. Os governantes eram senhores absolutos das vidas dos seus súditos, nem cogitavam ouvir as vontades e as necessidades das pessoas para as quais a sua existência era voltada. Muito menos se importavam em deixar registros de seus governos, pois na maioria vezes, intolerantes e déspotas, não sentiam necessidade de deixar a conhecimento de todos os seus desmandos e tiranias. Portanto, quase não existia informação registrada. Aos poucos, a cidadania deixou de ser algo para poucos para se tornar a expressão da vontade de muitos. No final da Idade Média, tem início a democracia representativa, onde o povo elege representantes de sua vontade e lhes dá o poder de, em seu nome, lutar pelas vontades da maioria.

Esse modelo de cidadania se tornou bastante conhecido com a Revolução Francesa, quando a burguesia se revoltou com as medidas ditatoriais do sistema feudal e partiu para a ação, organizada e forte, em nome de uma população oprimida e sem esperanças. A informação começou a ser registrada, pois para legitimar os representantes eleitos era necessário que se registrasse de alguma forma, que estes teriam sido realmente eleitos pela vontade do povo, e que em seu nome buscavam a igualdade.

A partir da revolução industrial tornou-se necessário o acesso mais rápido à informação, principalmente em sua forma escrita, pois houve a valorização da alfabetização e o incentivo à imprensa. Com a revolução tecnológica a sociedade industrial se tornou a sociedade da informação e esta é como a sociedade sempre foi: desigual. A cidadania nasce como uma categoria territorial e com as tecnologias da informação e comunicação ela passa a ser uma categoria desterritorializada, ou seja, a sociedade da informação e a sociedade em rede desterritorializa a cidadania e conseqüentemente a informação. Trouxe a possibilidade de alcançar a informação

que se faz necessária, de forma mais ágil e precisa, mas a questão é: todos podem acessar essas informações de maneira democrática e cidadã?

Ao trabalhar com a palavra “cidadão” desde o seu início até os dias atuais, será trabalhado também, o conceito de cidadania digital, que deverá ser definido ao longo do trabalho; e abordar não somente a inclusão digital, mas também tecnologias de informação e comunicação (TIC's) e a sociedade em rede como forma de conscientizar, educar e introduzir as pessoas para a realidade de acesso à informação virtual, não como algo inatingível e inacessível, mas como uma possibilidade real. Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, a ser igual perante a lei; é ter direitos, mas também é ter deveres, participar nas decisões referentes à sociedade. Somente os direitos sociais, garantem o acesso à educação, à saúde, ao trabalho com uma remuneração justa e pode fazer com que o cidadão tenha garantido seus direitos de acesso à informação, esteja ela na forma que for, digital, escrita, oral. Portanto, a cidadania somente se torna plena quando o cidadão tem acesso aos seus direitos civis, sociais e políticos e faz uso deles com consciência e discernimento.

As questões a serem respondidas neste trabalho são, *como se configura a cidadania no contexto da sociedade em rede? As tecnologias de informação e comunicação produzem um novo tipo de cidadania? Em que consiste a cidadania digital e como se caracteriza a cidadania na sociedade em rede?*

## **1.1 Objetivo Geral**

Verificar como se configura a cidadania na sociedade em rede.

## **1.2 Objetivos Específicos**

Para uma melhor compreensão do trabalho, foram elaborados alguns objetivos específicos descritos abaixo:

- a) identificar de que forma ocorre o acesso à informação na sociedade em rede;
- b) identificar quais as políticas públicas existentes em relação à inclusão digital;
- c) verificar quais as políticas públicas implementadas para a construção da cidadania na sociedade em rede.

## **2 METODOLOGIA**

A metodologia utilizada na elaboração deste trabalho foi a da pesquisa bibliográfica em fontes de informação, inclusive em formato eletrônico, pois foi realizada uma análise da literatura disponível na área escolhida.

A abordagem adotada para a pesquisa foi a qualitativa, pois todos os dados foram analisados e interpretados sem que houvesse a necessidade de quantificação, nem de mensuração de resultados. A escolha do tema para a elaboração do trabalho baseou-se no interesse pessoal na área de tecnologia da informação e comunicação e na cidadania digital como forma de inclusão social no contexto da sociedade em rede.

Para a identificação das fontes relevantes, a primeira etapa da pesquisa foi o levantamento da bibliografia disponível na área do assunto escolhido, através da revisão de literatura em livros, periódicos (inclusive on-line), internet, entre outros.

A segunda etapa foi a análise dos textos e seleção de materiais que demonstrassem relevância para o tema do trabalho, através da leitura exploratória.

A terceira e última etapa do trabalho foi a inserção dos documentos de relevante importância e consistência para o estudo, a compilação e análise do material. Esta última etapa abordou também a produção textual baseada nos dados encontrados através da pesquisa e leituras exploratórias e conclusões pessoais.

### **3 CIDADANIA E SOCIEDADE EM REDE**

Para a compreensão da situação atual da cidadania como uma possibilidade na realidade da sociedade em rede, se faz necessário contextualizar a cidadania desde a sua origem até o conceito mais atual de cidadania digital. Isso se faz necessário porque o seu conceito, hoje, não é igual ao conceito pensado pelos cidadãos gregos e romanos na sua origem.

A história da cidadania é, de certa forma, a própria história dos direitos humanos e a história das lutas para a afirmação de valores éticos como a igualdade, a liberdade, a dignidade de todos os seres sem exceção, a proteção legal dos direitos, a sacralidade do trabalho e do trabalhador, a democracia e a justiça. (HERKENHOFF)<sup>1</sup>

A civilização se desenvolveu e com essa evolução também os conceitos de participação, de liberdade de expressão e também de liberdade de acesso à informação.

#### **3.1 Origem da cidadania**

A cidadania como a conhecemos, ao contrário do que se pensa, não é uma invenção dos gregos e romanos. Para Pinsky (2003), ela acontece desde as origens da civilização, mas nasce silenciosamente nas redondezas do Mediterrâneo, devido às mudanças sociais e políticas que geraram grandes mudanças e crescimento

---

<sup>1</sup> Documento Eletrônico

econômico.

Essas mudanças propiciaram um crescimento populacional que levou muitas civilizações a se expandirem. Quando saíram de seus nichos no interior e criaram as cidades-estado, as chamadas *pólis*, sentiram a necessidade de uma organização maior.

Para Pinsky (2003), essas cidades-estado formavam, na verdade, uma associação de senhores da terra, ou seja, os cidadãos eram pessoas que tinham acesso à sua própria terra e nela cultivavam o necessário para sua sobrevivência. Nestas terras eles supriam as suas necessidades e as de seus agregados. Não havia controle dos poderes do Estado, esse era único e absoluto, não admitindo nada que se opusesse a ele e tampouco que algo ou alguém interferisse. Ficavam, então, a cargo das decisões dos cidadãos, justas ou nem tanto, as garantias dos direitos de todos.

### 3.1.1 A cidadania na Roma Antiga

Roma, fundada em 753 a.C., embora fosse uma sociedade escravista, originada da reunião de vários povos, entre eles os etruscos, que deram origem ao modelo de cidadania usado pelos romanos, modelo salientado por Pinski (2003): a nobreza (conselho de anciãos) e o restante da população, é considerada o berço da cidadania, pois sua fórmula serviu de modelo por muito tempo, como algo aceitável e de certa forma inovador.

Em latim, a palavra *ciuis* gerou *ciuitas*, 'cidadania', 'cidade', 'Estado'. Cidadania é uma abstração derivada da junção dos cidadãos e, para os romanos, cidadania, cidade e Estado constituem um único conceito – e só pode haver esse coletivo se houver, antes cidadãos. *Ciuis* é o ser humano livre e, por isso, *ciuitas* carrega a noção de liberdade em seu centro. (PINSKY, 2003, p.49)

Mas nem tudo, no modelo romano era bom. Desde a sua origem a cidadania foi algo a ser conquistado, pois mesmo alguns homens livres não eram considerados cidadãos, não tinham a possibilidade de votar, de manifestar as suas vontades e necessidades, portanto precisavam lutar por seus direitos políticos e sociais, como relata DALLARI (1999, p.10):

Quanto a possibilidade de participar das atividades políticas e administrativas havia uma distinção importante entre os próprios romanos. Os romanos livres tinham cidadania, eram, portanto, cidadãos, mas nem todos podiam ocupar os cargos políticos, como o de senador ou de magistrado, nem os mais altos cargos administrativos.

Existiam apenas três classes sociais em Roma: os patrícios (descendentes dos fundadores, pertenciam à camada superior da sociedade romana), os plebeus (descendentes dos estrangeiros, que não pertenciam a nenhuma *gens*) e os escravos (prisioneiros de guerra e os que não saldavam suas dívidas). Os patrícios pertenciam as *gens*, que eram o

[ . . . ] nome que os romanos davam àquilo que conhecemos como clã. E, como qualquer clã, a *gens* era composta de várias famílias individuais. Uma *gens* distinguia-se de outra pelo nome: *gens* Lívia, *gens* Fábria, etc. e todos os seus membros traziam o nome da *gens*. O nome dos patrícios era composto de três elementos: o prenome, o nome gentílico, ou da *gens*, e o cognome ou designação especial, uma espécie de apelido. Exemplos: Lúcio Cornélio Sila, Caio Júlio César, etc. Quer dizer: Sila era membro da *gens* Cornélia, e César, da *gens* Júlia. (HISTÓRIA DE ROMA)<sup>2</sup>

Somente os patrícios eram considerados cidadãos de fato, o que ocasionou

---

<sup>2</sup> Documento Eletrônico

várias lutas em busca da conquista dos direitos por todos. Ao longo do tempo surgiram também os clientes, pessoas livres que necessitavam de espaço em terras dos patrícios para trabalhar, e que ao longo do tempo fundiram-se com a classe de plebeus, formando uma categoria única.

### 3.1.2 A cidadania na Grécia Antiga

Na Grécia somente eram considerados cidadãos aqueles que pudessem opinar sobre as decisões da sociedade, e para isso era necessário que fosse um homem livre, que não precisasse trabalhar para sobreviver, porque a vida pública exigia dedicação integral. Isso reduzia o número de cidadãos, pois excluía além dos homens trabalhadores, entre eles os comerciantes e os artesãos, as mulheres, os escravos e os estrangeiros.

Observa-se nos comentários de Dallari (1999) sobre o filósofo Aristóteles, que na Grécia antiga já havia a possibilidade de participação ativa na sociedade, incluindo tomada de decisões, mas esse direito ficava restrito a um pequeno e determinado grupo de pessoas mais influentes.

A cidadania na Grécia, como em Roma, era algo para poucos, para os eleitos, pessoas que pertenciam a uma determinada comunidade, e como relata PINSKY (2003, p. 34), tendiam a apresentar-se como derivadas de um ancestral comum, de uma divindade, herói ou grupo de famílias originárias. A cidadania antiga transmitia-se, idealmente, por vínculos de sangue, passados de geração em geração.

Apenas os proprietários de terras eram livres, e por isso eram considerados

cidadãos, tendo com isso o direito de decidir sobre o governo e sobre a coletividade. Alguns estrangeiros que prestassem serviços relevantes à comunidade também poderiam ser considerados cidadãos se fossem eleitos através do voto da assembléia do povo, explica Targino (1991). A cidadania grega era composta apenas por direitos políticos.

### 3.1.3 A cidadania na Idade Média e Contemporânea

A cidadania na Idade Média passou por um período de grandes transformações e adaptações, pois durante o processo de formação do feudalismo, ocorreram grandes mudanças de cunho político, social e econômico, como descreve Rezende Filho e Câmara Neto (2001)<sup>3</sup>. Os mesmos autores colocam, também, que após a queda do Império Romano (séc.V) a cidadania perdeu o seu significado, para dar origem a uma nova organização social, onde a política era colocada em segundo plano e a fidelidade aos soberanos e aos princípios da Igreja eram prioridade.

Esse fortalecimento da Igreja como instituição fez surgir a idade das trevas, onde a cidadania praticamente deixou de existir, deixando um vácuo na sociedade, pois somente existia o que esta instituição considerava “adequado”, não sendo levado em consideração a vontade e a necessidade das pessoas, independentemente de serem vitais ou não. Simplesmente não existia a expressão da vontade da população.

---

<sup>3</sup> Documento Eletrônico

Para Santana<sup>4</sup>,

Na época medieval, em razão dessa índole hierarquizada das estruturas em classes sociais, diluiu-se o princípio da cidadania. O relacionamento entre senhores e vassalos dificultava bastante a definição desse conceito. O homem medieval, ou era vassalo, ou servo, ou suserano; jamais foi cidadão. Os princípios de cidadania e de nacionalidade dos gregos e romanos estariam 'suspensos' e seriam retomados com a formação dos Estados modernos, a partir de meados do século XVII.

Essa afirmação demonstra que a cidadania no período medieval simplesmente não existia para todos. E não era nem pela vontade das pessoas que ela não se configurava, mas sim porque simplesmente não haveria maneira de ela existir sem se contrapor a maneira de vida que se levava naquela ocasião. Uma classe era completamente dependente da outra: para uma a situação era vantajosa e para a outra, na maioria das vezes, cômoda.

Nos séculos XVII e XVIII, segundo Dallari (1999), a divisão da sociedade em classes lembrava a divisão feita pela sociedade romana: os nobres dispunham de privilégios e os cidadãos comuns quase não tinham direitos. Os reis tinham poderes absolutos sobre a população, por este motivo, esse período é conhecido como absolutismo.

Segundo Rezende Filho e Câmara Neto (2001)<sup>5</sup>, na Baixa Idade Média, com o aumento das disparidades entre as classes, e com a predominância da autoridade da nobreza e clero foi que surgiram os Estados Nacionais, que remontavam à idéia de um Estado centralizado e à noção clássica de cidadania, que era ligada à concessão de direitos políticos. Para Santana<sup>6</sup>,

---

<sup>4</sup> Documento Eletrônico

<sup>5</sup> Documento Eletrônico

<sup>6</sup> Documento Eletrônico

Com o fim do feudalismo e a ocorrência da formação dos Estados nacionais, a sociedade, ainda formada e organizada em clero, nobreza e povo, volta a ter uma centralização do poder nas mãos do rei, cuja autoridade abrangia todo o território e era reconhecida como legal pelo povo. Língua, cultura e ideais comuns auxiliaram a formação desses Estados Nacionais.

Mas essa situação ainda não era a ideal e o povo se levantou e foi à luta em busca de igualdade de direitos e de oportunidade de representação. Nesse contexto, surgiram algumas figuras importantes que exerceriam papéis fundamentais na história da cidadania. Segundo Santana:

Esses pensadores passam a defender um governo democrático, com ampla participação popular e fim de privilégios de classe e ideais de liberdade e igualdade como direitos fundamentais do homem e tripartição de poder. Essas idéias dão o suporte definitivo para a estruturação do Estado Moderno.

Para Rezende Filho e Câmara Neto (2001)<sup>7</sup>, o final desse período marcou profundas alterações sociais, resultado de uma urbanização crescente, havendo, então, necessidade de reformulação do antigo conceito de cidadania, que retomou o ideal de igualdade entre os cidadãos.

Para Covre, foi somente com a ascensão da sociedade capitalista que ressurgiu a cidadania como meio de participação:

Foi só com o desenvolvimento da sociedade capitalista (cujo início podemos talvez situar no século XV), com a longa ascensão da burguesia em luta contra o feudalismo, que se retorna pouco a pouco ao exercício da cidadania, como parte da existência dos homens vivendo novamente em núcleos urbanos. (COVRE, 1998, p.17)

O crescimento do capitalismo trouxe consigo o desenvolvimento de novas idéias, dentre elas o Iluminismo,

---

<sup>7</sup> Documento Eletrônico

[ . . . ] que foi um período das revoluções sociais, das transformações políticas e econômicas, das criações artísticas, do desenvolvimento das ciências, da disseminação do conhecimento, da busca da liberdade de pensamento e da igualdade entre os indivíduos e do nascimento do ideal de liberdade. (REZENDE FILHO; CÂMARA NETO, 2001, p.3)

Juntamente com o Iluminismo, fonte inspiradora da época, a população incentivada pela busca de maior participação do povo nos processos de tomada de decisão e já cansada de tantos desmandos e arbitrariedades, iniciou segundo Dallari (1999) uma série de revoluções. Dentre elas as que propiciaram a Revolução Francesa e a Revolução Inglesa, que anos mais tarde resultou no movimento de independência que criou os Estados Unidos da América. Delineou-se, a partir daí, um novo tipo de cidadania que revelava que os desejos da população desfavorecida na posição econômica e social não estavam vinculados aos seus direitos sociais.

Partindo da Revolução Francesa, segundo DALLARI (1999, p. 12):

[ . . . ] a cidadania continuou a indicar um conjunto de pessoas com direito de participação política, falando-se nos 'direitos da cidadania' para indicar os direitos que permitem participar do governo ou influir sobre ele, o direito de votar e ser votado, bem como o direito de ocupar os cargos públicos considerados mais importantes.

Através da evolução da sociedade, se modificou também o conceito de cidadania e a participação do povo nesta situação confere significação em cada fase desta caminhada. Para BARBALET (1989, p.15):

É certo, contudo, que durante os últimos cem anos mais ou menos as condições de desigualdade social nas sociedades capitalistas ocidentais se modificaram, e que estas mudanças estão associadas à participação de membros da classe sem propriedade e sem poder no *status* de cidadania.

Nas últimas décadas, o conceito de cidadania vem se moldando de forma bastante diferente, pois a população, cansada da opressão econômica, financeira e

social, vem se organizando de maneira a conquistar o antigo sonho de igualdade de participação.

Entretanto, não basta somente a busca, a conquista sem critérios. É preciso uma população consciente de seus direitos e deveres para conseguir que esses benefícios advindos da conquista da cidadania, se configurem em benefícios à posteridade e ao desenvolvimento pessoal de cada indivíduo.

Utilizando da afirmação de Targino (1991, p.157),

A partir do exposto até então, podemos inferir que ser cidadão é ter consciência de seus deveres e acesso a seus direitos. A cidadania se manifesta e se constrói a partir dessa conscientização e da participação política e social dos homens na sociedade, o que pressupõe o acesso a informações variadas e atualizadas, quaisquer que sejam os suportes físicos: livros, discos, fitas, filmes, bases de dados CD-ROM, a sofisticada e complexa rede de informações científicas Internet ...

Essa possibilidade de conquista da cidadania pode ser aumentada em grande proporção pelo acesso às tecnologias de informação e comunicação e pela participação na sociedade como um todo. A sociedade em rede vem facilitar esse acesso e isso é o que se discutirá a seguir.

### **3.2 Sociedade em Rede e Cidadania Digital**

Após o advento da revolução tecnológica, a sociedade alterou seu processo de conhecimento. A sociedade industrial abriu terreno para a sociedade da informação e para as expressivas alterações ocasionadas por esta mudança de paradigmas. O século XXI está envolvido num processo de explosão informacional,

das tecnologias de informação e comunicação, do ciberespaço, da globalização, da tecnologia digital e da Internet. Segundo Silveira, S. (2001), a partir das décadas de 70 e 80, e com maior intensidade a década de 90, é que a revolução informacional se alastrou através da Internet.

Com a popularização da Internet, as informações são mais ágeis, rápidas, completas, presentes, de fácil acesso, entre outras facilidades conquistadas através da utilização das tecnologias de informação e comunicação. Para Silveira, S. (2001, p.15), “[ . . . ] as redes informacionais permitem ampliar a capacidade de pensar de modo inimaginável.”, gerando com isso uma sede de conhecimento nunca antes experimentada pela sociedade. Com a facilitação do acesso às informações, a busca pela aprendizagem e pelo conhecimento é infinitamente maior, a descentralização das pessoas, do conhecimento e de grupos sociais, reverte-se em ações de cooperação, que giram em torno de objetivos e metas comuns.

Para Mustaro (2005)<sup>8</sup>, a sociedade em rede pode ser definida como “uma sociedade caracterizada por redes de informação interligadas através de tecnologias digitais que utilizam e exploram as possibilidades comunicacionais e simbólicas do ciberespaço.”

Fazendo uso dessa definição, poderá se afirmar que a sociedade em rede é uma realidade onde,

Todos os que vivem em sociedade estão, de alguma forma, fazendo parte de um espaço público, de uma relação, de uma rede. Ter consciência disso é um passo em direção à cidadania inquieta, à possibilidade de escolha entre contribuir mais ativamente para o desenvolvimento da comunidade ou não, entre ter um comportamento responsável ou irresponsável diante da coletividade e da perspectiva das diversas sustentabilidades. Entender que vivemos e construímos nossa sociedade em rede é o típico exemplo de um

---

<sup>8</sup> Documento eletrônico

conhecimento que gera poder - o poder da escolha e da transformação. (RODRIGUES, 2005)<sup>9</sup>

Neste contexto, se faz necessário que além da disponibilidade e facilidade de acesso da informação, o cidadão também tenha interesse neste acesso. Para Dimantas (2005)<sup>10</sup> “Qualquer cidadão interessado em democracia extremada deve lutar pelo maior espalhamento possível de conhecimento e acesso”, e é isso, em resumo que a sociedade em rede tem por finalidade. Disseminar para o maior número de pessoas possível, da melhor maneira e forma de acesso, informações relevantes e pertinentes a toda a população, e que podem de alguma forma mudar a estrutura de pensamento ou de ações da comunidade.

As funções e os processos dominantes na era da informação estão cada vez mais organizados na forma de redes. Essas redes compõem a nova morfologia social, e a propagação da lógica de redes altera substancialmente a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura. O novo paradigma da tecnologia da informação é quem fornece a base material para que a rede se difunda em toda a estrutura social. O poder dos fluxos é mais importante que os fluxos de poder. A presença ou a ausência na rede e a dinâmica de cada uma em relação a outras são fontes decisivas de dominação e transformação de nossa sociedade. (SCHLEMMER, 2001, p.13)

Mas não se pode, nem se deve rotular a sociedade em rede como algo absoluto e infalível, pois a sociedade em rede não é a solução para todos os males informacionais. Ela disponibiliza a informação, de maneira mais fácil, mais ágil e mais democrática, mas as formas de acesso dessa informação devem ser buscadas pelas pessoas e pela sociedade.

A inovação tecnológica condiciona os modos de viver e pensar da sociedade, da mesma maneira, que a sociedade condiciona o desenvolvimento da tecnologia dependendo das aplicações e usos que faz dela.

---

<sup>9</sup> Documento eletrônico

<sup>10</sup> Documento Eletrônico

Condicionar significa abrir novas possibilidades de desenvolvimento, sem, no entanto, determinar os caminhos de evolução da humanidade. Uma mesma tecnologia pode se desenvolver de diferentes maneiras dependendo da sua interação com as sociedades. (SANTOS, 2004)

A sociedade em rede, como tantos outros artifícios que já foram utilizados como modo de inclusão, pode e deve ser usada no intuito de proporcionar o acesso do cidadão à informação. Porém, proporcionar o uso sem o conhecimento da tecnologia não ajudaria muito a conquistar as metas desejadas.

Segundo Schlemmer (2001, p.13), “A integração crescente entre mentes e máquinas está alterando fundamentalmente o modo pelo qual nascemos, vivemos, aprendemos, trabalhamos, produzimos, consumimos, sonhamos, lutamos ou morremos”, mas alterar o modo de vida e de aprendizado das pessoas de forma tão drástica, necessita que antes o beneficiário destas mudanças seja readaptado para esta realidade, ou então ao invés de incluídos serão formados excluídos da sociedade.

A sociedade em rede, ou sociedade da informação disponibilizada através de meios digitais, eletrônicos, entre outros, é uma realidade latente e necessária. Busca-se incessantemente a conquista de um espaço, do acesso à informação, da possibilidade de cidadania, mas ao mesmo tempo em que há essas possibilidades todas e que se busca a democratização da informação, é colocada uma barreira, bastante difícil de transpor, que é o uso pelos menos privilegiados das tecnologias que propiciam o acesso a essas informações.

Além de ser um veto cognitivo e um rompimento com a mais liberal das idéias de igualdade formal e de direito de oportunidades, a exclusão digital impede que se reduza a exclusão social, uma vez que as principais atividades econômicas, governamentais e boa parte da produção cultural da sociedade vão migrando para rede, sendo praticadas e divulgadas por meio

da comunicação informacional. (SILVEIRA, S., 2001, p.18)

Então, ao mesmo tempo em que se dá a facilitação do acesso, se promove também, outra forma de exclusão, que é a exclusão digital. A cidadania na sociedade em rede se configura como algo possível e real, mas também gera problemas pertinentes à sociedade como um todo. Por este motivo é necessário ter muito cuidado com a disponibilização de serviços e produtos voltados para a utilização dos cidadãos mais carentes. Nem sempre o cidadão vai ter possibilidade de uso e acesso a estes serviços, causando, no lugar de curiosidade, uma grande frustração em relação às tecnologias e ao seu uso.

O ideal é que, além do serviço em si, houvesse conjuntamente a capacitação na sua utilização. Porque “[ . . . ] as pessoas apartadas da sociedade da informação estão percebendo a importância da sua inserção, buscando as menores brechas para não perderem os *bits* da história.” (SILVEIRA, S, 2001, p.23, grifo do autor), e faz parte da função da sociedade como um todo, ser capaz de suprir essa carência.

Falando sobre a sociedade em rede,

Quanto ao digital, esta é a modalidade de inclusão, mas, como a sociedade em rede é um conjunto, precisamos abordar a questão como Infoinclusão social, que é a garantia de acessibilidade e conectividade à Sociedade da Informação, a partir das inovações midiáticas em TIC's, gerando melhores condições de vida e uma cidadania local possível. (GUERREIRO, 2003)<sup>11</sup>

Mesmo com todos os avanços e inovações nas áreas das TIC's, não há inclusão sem a real participação da sociedade. No contexto da sociedade em rede, a participação é essencial na geração de grupos com voz ativa na sociedade e que proporcionem a integração com outros grupos. A cidadania expressa em grande escala pode funcionar como um meio gerador de novas atitudes e como um meio de

---

<sup>11</sup> Documento Eletrônico

novas afirmações.

Parece haver uma lógica de excluir os agentes da exclusão, de redefinição dos critérios de valor e significado em um mundo que há pouco espaço para os não-iniciados em computadores, para os grupos que consomem menos e para os territórios não atualizados com a comunicação. Quando a Rede desliga o Ser, o Ser, individual ou coletivo, constrói seu significado sem a referência instrumental global: o processo de desconexão torna-se recíproco após a recusa, pelos excluídos, da lógica unilateral de dominação estrutural e exclusão social. (CASTELLS, 2000, p. 60)

Segundo a afirmação de Castells, mesmo com todo o avanço nas tecnologias e nos meios de proporcionar o acesso às formas de cidadania, se não partir da sociedade como um todo o desejo de inclusão, seja ela social ou digital, esta não ocorrerá, porque nem todos têm interesse e capacidade de aprender, ou nem todos têm os meios de proporcionar o acesso a alguma forma de inclusão.

Referindo-se sobre a exclusão digital Wertheim (2000, p. 73) coloca que:

Este fato fundamental constitui um dos desafios éticos para a constituição das sociedades da informação, desafio que somente a ação social consciente poderá superar, já que certamente não será resolvido pelo avanço tecnológico em si mesmo, nem por uma hipotética evolução natural.

Grande parte da população mundial, incluindo nesta lista o Brasil, mal tem condições de prover alimentação, saúde, educação. Ter acesso às tecnologias é algo que só é possível através da participação do governo e de entidades com fins educacionais, e se houver desinteresse, então, nem essas instituições serão capazes de suprir essa carência de saberes, gerada com a crescente necessidade informacional.

No processo de construção da cidadania planetária o papel da mídia tem que ser destacado. No entanto, o seu auxílio para a construção de um cidadão digital se torna insuficiente se não for amparado pela

implementação de políticas públicas de inclusão digital capazes de darem conta da demanda de serviços de aprendizagem aos novos cidadãos. (MOSELE; MORIGI, 2005, p. 13)

Com o advento da sociedade em rede, da disseminação da informação, o

[ . . . ] computador [ . . . ] planetarizou o cérebro humano, dando chance para que seu pensamento viaje pelo planeta, conecte-se com outros pensamentos, desenhe planos e estratégias de ação e construa o instrumental de que necessita para continuar sua trajetória de mudança no meio. (LIMA, 2000, p.27)

A sociedade em rede veio para proporcionar visões de culturas e sociedades diferentes, com formas diferentes de pensar, mas que ao mesmo tempo são pertinentes a qualquer sociedade. Respeitando a experiência de vida de cada cidadão, conhecendo seus hábitos e culturas, tendo acesso a novas realidades, o cidadão agrega novas possibilidades e aprende a distinguir qual a que melhor lhe convém. O homem, a sociedade e a tecnologia podem dar novos rumos e perspectivas a cidadania, basta que haja um real empenho e participação de toda a sociedade nesta trajetória de inclusão.

### **3.3 Sociedade em Rede e a Desterritorialização da Cidadania**

Durante muito tempo a cidadania referia-se a um determinado ponto do planeta. Cada povo, país, estado, comunidade, exercia sua própria forma da cidadania. O que pareceria totalmente degradante para uns, para outros era absolutamente normal. Era a “sua” forma de expressão. Cada povo pensava e agia de acordo com as tradições e cultura da sua comunidade.

A desterritorialização é uma característica da sociedade global que se organiza neste final de século. Dependendo da região, com maior ou menor intensidade. Não se trata de evitá-la, pois é uma realidade, mas sim de como vivenciá-la. Isto é positivo, pois trata-se de um desafio que exige um rompimento com o marasmo e com referenciais ultrapassados que há muito se instalaram nas Ciências Humanas. (HOLGONSI SOARES, 2006)<sup>12</sup>

A cidadania digital se constitui como uma forma democrática de acesso às informações, muitas vezes de difícil acesso pelos meios tradicionais. Segundo Lévy, a desterritorialização da informação vai além:

[ . . . ] o ciberespaço oferece instrumentos de construção cooperativa de um contexto comum em grupos numerosos e geograficamente dispersos. A comunicação se desdobra aqui em toda a sua dimensão pragmática. Não se trata mais apenas de uma difusão ou de um transporte de mensagens, mas de uma interação no seio de uma situação que cada um contribui para modificar ou estabilizar, de uma negociação sobre significações, de um processo de reconhecimento mútuo dos indivíduos e dos grupos via atividade de comunicação. (LÉVY, 1997, p. 113-114)

Com a desterritorialização das informações e da comunicação é possível a conexão e formação de novos grupos em inúmeras partes do planeta. Unindo pessoas e proporcionando a mesma possibilidade no acesso a informação e com as mesmas chances de conhecimento dos seus direitos e deveres, e também com as chances de perceber que a vida pode ser diferente, para melhor ou pior, depende apenas do ponto de vista.

Em outras palavras, vivemos agora não mais em um grande planeta e sim em uma pequena aldeia que nos abre as portas para nossa participação, já que as distâncias geográficas foram abolidas e onde nossa maior preocupação passa a ser a administração física do tempo, coordenando nossas ações de tal forma que possamos respeitar o fuso horário dos diferentes países e as diferenças culturais para não criar embaraços ao nos comunicarmos com nossos 'vizinhos'. (LIMA, 2000, p.15)

---

<sup>12</sup> Documento Eletrônico

Desterritorializar a cidadania é uma forma de proporcionar as mesmas oportunidades a pessoas de qualquer parte do planeta. Mesmo que de forma utópica, a cidadania desterritorializada serve como meio de alento e de perspectivas para aqueles povos onde não existe liberdade de expressão.

Tratar a sociedade em rede apenas como um dos meios de geração de cidadania, não seria correto. Mesmo com a desterritorialização da informação, proporcionada em grande parte pela sociedade em rede, o acesso à cidadania pela grande massa da população ainda é restrito.

A sociedade em rede pode e vai maximizar a desterritorialização tanto das informações quanto da cidadania, mas para alcançar esta realidade é necessário que primeiro os cidadãos tenham acesso às tecnologias que propiciam estes conhecimentos.

Para Lemos (2002, p.85):

O modelo informatizado, cujo exemplo é o ciberespaço, é aquele onde a forma de rizoma (redes digitais) se constitui numa estrutura comunicativa de livre circulação de mensagens, agora não mais editada por um centro, mas disseminada de forma transversal e vertical, aleatória e associativa. A nova racionalidade dos sistemas informatizados age sobre um homem que não mais recebe informações homogêneas de um centro "editor-coletor-distribuidor", mas de forma caótica, multidirecional, entrópica, coletiva e, ao mesmo tempo, personalizada.

Nesta afirmação de Lemos vimos que a desterritorialização da cidadania, e conseqüentemente da informação também, possibilitou um meio mais democrático de acesso, tanto a informações referentes às possibilidades de inclusão na sociedade, como também de inclusão digital. Mas há a necessidade de que cada indivíduo esteja familiarizado com as tecnologias que viabilizam uma maior participação, e que são proporcionadas, em grande parte, pelas TIC's.

Essa inclusão digital, além de fornecer subsídios para proporcionar

informações sobre cidadania, também disponibiliza serviços de utilidade pública para a população.

## 4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO DIGITAL

A sociedade em rede possibilita através de suas facilidades, que a sociedade como um todo ofereça seus serviços.

O que caracteriza a atual revolução tecnológica não é a centralidade de conhecimentos e informação, mas a aplicação desses conhecimentos e dessa informação para a geração de conhecimentos e dispositivos de processamento/comunicação da informação, em um ciclo de realimentação cumulativo entre a inovação e seu uso. (CASTELLS, 2002, 69)

Como exemplo dessa realimentação da informação, temos os serviços oferecidos através da Internet, como consulta a dados do cidadão, serviços de cartório, consulta a processos em andamento, entre outros.

Instituições, nem sempre governamentais, têm criado iniciativas de inserção da comunidade nessa nova realidade informacional. Algumas dessas formas, fáceis, de inserção da comunidade em geral nesse novo contexto atual são os telecentros, os e-mails gratuitos, os acessos on-line a serviços do governo, consulta processual, bancos on-line, bases de dados on-line, bibliotecas virtuais, entre outros. Muitos desses serviços estão disponíveis a qualquer pessoa, mas a grande maioria da população sequer conhece a sua existência e não sabe da facilidade de acesso e dos benefícios que podem ter através do seu uso.

Para MORIGI (2005, p.11):

É de conhecimento de qualquer cidadão que a globalização é a realidade do século XXI, no entanto, prediz que para ser cidadão digital e, portanto, fazer parte deste contexto planetário exige conhecimento e adequação do ser humano ao mundo tecnológico.

Trabalhando com essas possibilidades, busca-se o conhecimento de um processo para o acesso à educação, onde haja a possibilidade natural de que, independente da situação social em que esteja inserido, o cidadão tenha garantido seu acesso à informação, e que esta, esteja ao seu dispor da forma que lhe seja melhor.

Parte-se do princípio que os recursos que disponibilizam aos cidadãos estes serviços já estão aí, estão disponíveis e podem ser acessados por quem tiver interesse e tiver um pouco de conhecimento. O passo seguinte é fornecer para cada indivíduo, subsídios para se utilizar dessas facilidades. As ferramentas disponíveis atualmente proporcionam serviços eficazes e que ao mesmo tempo fornecem aos seus usuários comodidades antes nunca imaginadas.

Medidas para proporcionar que as possibilidades de inclusão social e digital sejam reais, já estão sendo implementadas aos poucos. Para BAPTISTA (2006, p.24):

A inclusão digital e a alfabetização tecnológica como política pública é um desafio para o Estado. É nessa ótica que algumas ações práticas de cidadania em nível médio já estão sendo executadas na forma de telecentros, infocentros ou ainda de cibercafés.

O governo federal, através do site do Ministério da Ciência e Tecnologia, no Portal do Programa de Inclusão Social<sup>13</sup>, divulga alguns programas de inclusão digital promovidos por instituições governamentais, privadas e pelo terceiro setor.

As aspirações do governo quanto a universalização vão se concretizando com todas as assimetrias apresentadas num país em desenvolvimento, mas ainda há muito o que avançar. O governo brasileiro para concretizar a Sociedade da Informação no Brasil tem vários desafios pela frente. (AZEVEDO, 2005, p. 274)

---

<sup>13</sup> <http://www.ibict.br/inclusaosocial>

Algumas ações e projetos do governo brasileiro em nível nacional indicadas neste site são: Cultura Digital, projeto que promove a troca de experiências através do uso das TIC's; Espaço Serpro Cidadão, propicia um espaço onde o cidadão pode ter acesso e orientação ao uso de serviços do governo on-line; Governo Eletrônico, projeto de inclusão digital através da construção de telecentros, entre outras ações; Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão – GESAC, programa de inclusão social que utiliza as ferramentas proporcionadas pelas TIC's para promover inclusão digital utilizando os softwares livres e a conectividade via satélite; Maré – O Telecentro da Pesca, projeto de inclusão digital de pescadores; Megajuda, campanha de arrecadação de computadores; Programa Telecentros – desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, cujo objetivo é incluir o micro e pequeno empresário na era da tecnologia; Proinfo, projeto do Ministério da Educação cujo principal objetivo é introduzir as TIC's nas escolas públicas do país e o Projeto Casa Brasil, tem como objetivo a inclusão digital, social e cultural, geração de trabalho e renda, ampliação da cidadania, popularização da ciência e da arte.

Segundo Batista (2006, p.28), o IBICT, na gestão do Prof. Emir Suaidem, que trouxe para sua administração seu projeto de inclusão digital com alunos de áreas carentes de 17 regiões, propõe as seguintes ações:

- a) Programa de aprendizagem informacional;
- b) Programa de software livre;
- c) Programa de indicadores de impacto social;
- d) Programa de popularização da ciência e da tecnologia;
- e) Programa de acesso às tecnologias sociais;

f) Programa corredor digital para a inclusão social.

Todas essas ações implantadas pelo IBICT têm como objetivo principal promover o desenvolvimento da cidadania através da inclusão social e digital e integram o Plano de Inclusão Social do IBICT, que também está em consonância com os projetos governamentais.

Segundo o Portal de Inclusão Social do IBICT, dentre as políticas de inclusão social governamentais no Rio Grande do Sul se destacam: Cibernarium (Porto Alegre), que disponibiliza espaços físicos que devem ser destinados à capacitação e à experimentação tecnológica; Cidadania Digital (Porto Alegre), tem o objetivo de promover a inclusão digital de pessoas carentes às TIC's; Cidadão Digital, seu objetivo é ensinar alunos, professores e funcionários da rede escolar do ensino médio a utilizar o computador; Projeto Escola Aberta para a Cidadania, visa a utilização dos espaços físicos das escolas estaduais nos finais de semana, com atividades desportivas, artísticas e sócio culturais aos jovens e à comunidade; Telecentros da Prefeitura de Porto Alegre, serviço gratuito de acesso à Internet e à informática; Telecentros – PROCERGS, serviço gratuito de acesso à Internet e à informática, implantado pelo governo do Estado e pela Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul e o projeto Via Pública, que visa criar e manter pontos de acesso público à Internet no Rio Grande do Sul.

A nível nacional dentre as políticas de inclusão digital do terceiro setor, o Portal de Inclusão Social do IBICT destaca: Blog sobre o “Dia da Inclusão Digital, Comitê de Incentivo a Produção do Software GNU e Alternativo – CIPSGA, Comunidade Virtual Mística, Ecologia Digital, EducaRede, Enfrentando o Futuro com Coragem – EFC, Escola Virtual, Fórum de Discussões sobre Inclusão Digital, Fundação Nokia de Ensino, iColetiva, Kidlink Brasil, Observatório de Políticas

Públicas de InfoInclusão, ONG Inclusão, Programa Garagem Digital, Programa Rede Solidária, Rede de Informações para o Terceiro Setor – RITS, Rede Jovem, Rede Povos da Floresta interliga aldeias indígenas do Brasil, Sete Pontos: para concretizar a sociedade do conhecimento; e na região Sul destaca-se: Fórum de Autoridades Locais pela Inclusão Social.

Todos esses programas, voltados para o cidadão mais carente, não terão a menor importância se o próprio cidadão, incentivado também pela sociedade e pelo governo, não tiver interesse em se informar, capacitar, desenvolver.

Apenas manter projetos como esses não deve ser o principal objetivo do governo e da sociedade. O principal objetivo é tornar esses programas acessíveis a todo cidadão de maneira que ele possa, da forma que melhor convier e de acordo com a sua necessidade, usufruir dos benefícios que a sociedade em rede, através das ferramentas e serviços disponíveis, pode lhe oferecer.

## 5 POLÍTICAS DE CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA DIGITAL

A construção da cidadania ocorre não somente partindo da vontade de cada cidadão. Este é o primeiro requisito para que a cidadania seja promovida, mas depende também do poder público e da sociedade como um todo a divulgação, a promoção e a inserção da população nas diversas formas de cidadania, através de políticas públicas que proporcionem o conhecimento e o acesso aos processos geradores de inclusão social e digital.

Procurando investir em uma faixa da população alfabetizada, porém carente de recursos, o governo brasileiro, assim como outros setores, tem desenvolvido projetos para diminuir o fosso existente entre os incluídos e os excluídos na sociedade da informação. (BAPTISTA, 2006, p.1)

Estes investimentos em projetos com impacto social, demonstram que a preocupação que o governo tem com a capacitação é inerente pois,

Somente colocar um computador na mão das pessoas ou vendê-lo a um preço menor não é, definitivamente, inclusão digital. É preciso ensiná-las a utilizá-lo em benefício próprio e coletivo. Induzir a inclusão social a partir da digital ainda é um cenário pouco estudado no Brasil [ . . . ] (CALIGARIS, 2005)<sup>14</sup>

Nesta afirmação pode-se notar que simplesmente fornecer a tecnologia, sem programas sólidos de capacitação não é o desejável. As pessoas ainda não estão acostumadas com as TIC's e não dar a base de que necessitam para que a utilização das ferramentas disponibilizadas seja feita de forma adequada seria mais uma forma de inibir o seu uso. Algumas políticas públicas de inclusão digital que

---

<sup>14</sup> Documento Eletrônico

visam a construção da cidadania serão abordadas a seguir.

## 5.1 Telecentros

Uma das políticas públicas que se mostram como ferramenta eficiente e eficaz para proporcionar o conhecimento dos meios digitais são os telecentros.

A forma mais ampla de acesso físico ao computador e à Internet tem sido a dos *telecentros*. Esta experiência foi amplamente empregada na Escandinávia e dali se espalhou para vários países do mundo. Um telecentro é um espaço físico em que são alocados alguns computadores conectados à Internet para uso comunitário, em geral gratuito. (SILVEIRA, S., 2001, p. 33)

Com finalidade social, os telecentros constituem um local de livre acesso à população. São iniciativas, na maioria dos casos, governamentais, mas que também podem ser parcerias entre a iniciativa privada, governo, comunidades locais e organizações não governamentais (ONG's). Em sendo um espaço público, visam facilitar o acesso dos cidadãos menos favorecidos às tecnologias de informação e comunicação.

É através dos telecentros que muitas pessoas (crianças, jovens e adultos), na maioria dos casos, de comunidades carentes, têm o seu primeiro contato com as TIC's, eles estimulam e garantem ao cidadão o fortalecimento da sua cidadania e o acesso à educação digital e à informação. E para Silveira, S. (2001), “[ . . . ] a idéia é que o cidadão pobre aprenda a se ajudar, ou seja, se emancipe ao entrar no mundo da informação e do conhecimento”.

Por este motivo, entre outros, é necessário que o serviço oferecido pelos

telecentros seja divulgado e ampliado, pois é uma das formas de incluir os cidadãos na era digital da maneira mais adequada: não apenas entregando nas mãos de uma pessoa sem prévios conhecimentos algo que ela muitas vezes não conhece e/ou não sabe utilizar, mas proporcionando além do ambiente e das ferramentas de acesso, pessoal capacitado e disponível ao cidadão.

Nestes telecentros, podem ser acessados computadores, faxes, impressoras, fornecendo entre outras possibilidades, serviços como uma grade permanente de atividades e cursos de capacitação. É essencial que nos telecentros haja monitoria constante de um profissional que seja capacitado a responder às dúvidas dos usuários e facilitar o acesso dos serviços e também o ambiente de comunicação, informação e socialização, que incorpora desta forma, a mudança cultural nos hábitos da comunidade, fazendo com que esta se reverta em qualidade de vida para os comunitários.

Telecentros representam uma ferramenta para diminuir a crescente distância entre cidadãos “ricos em conhecimento” e aqueles “não-ricos em conhecimento”. A literatura científica sobre Telecentros revela centenas de exemplos de projetos nessa linha de desenvolvimento comunitário na África, na Ásia e na América Latina nos últimos dez anos. De fato, o termo “Telecentro” é aceito hoje como o nome mais geral para englobar projetos parecidos, com nomes tão variados como “cabines públicas”, “centros comunitários de tecnologia”, “centros comunitários de acesso”, “centros de conhecimento na aldeia”, “infocentros”, e “clubes digitais”. (LITTO, 2004)<sup>15</sup>

Alguns projetos de implantação de telecentros são exemplos e servem como modelo para diversas outras iniciativas. O Brasil, a exemplo de outros países, implanta este recurso, que não é novo, com grande êxito, mas ainda timidamente.

Serve como um ótimo exemplo os telecentros de São Paulo, com o projeto Sampa.org, pioneiro no país, criado pelo Instituto Florestan Fernandes e escolhido

---

<sup>15</sup> Documento Eletrônico

pela ONU para servir de exemplo em conferência mundial sobre a sociedade da informação em Genebra.

Atualmente sua atuação vai além da disponibilização de computadores para acesso gratuito da população. Os telecentros que fazem parte do Sampa.org, agora uma instituição não governamental, fazem além do atendimento no uso das tecnologias de informação e comunicação, projetos de inclusão digital e social. Somente no Estado de São Paulo, segundo o Ministério da Ciência e Tecnologia, existem cerca de 237 telecentros. O projeto Farol do Saber, da prefeitura de Curitiba em parceria com o Instituto Curitiba de Informática, também serve como exemplo de projeto que atende a população de baixa renda e portadores de deficiências físicas.

Pela relevância que demonstra a execução deste projeto de disseminação da informação através dos telecentros, tornou-se necessário a implantação nos vários estados do país as suas unidades.

No Rio Grande do Sul, a idéia dos telecentros surgiu em 2000 quando algumas entidades de Porto Alegre participaram da EXPO/2000, em Hannover/Alemanha para apresentar projetos que eram desenvolvidos em comunidades locais. “Durante esse evento foi realizado contato com uma ONG britânica (The Regency Foundation) a qual demonstrou interesse em montar uma rede de telecentros no Rio Grande do Sul (RGS)”. (MACADAR; REINHARD, 2002)<sup>16</sup>

Hoje, segundo o Portal de Inclusão Social do IBICT, somente em Porto Alegre, existem 17 telecentros, sendo alguns de maior importância e uso pela comunidade. Entre os mais utilizados está o Telecentro Chico Mendes (o primeiro de Porto Alegre), que atende cerca de 40 mil pessoas que vivem na comunidade. Destacam-se também os telecentros Ruben Berta, Restinga e do Mercado Público.

---

<sup>16</sup> Documento eletrônico

Em todo o Estado, o Rio Grande do Sul conta com 29 telecentros.

Os telecentros têm como objetivos desenvolver as habilidades dos cidadãos no uso das tecnologias da informação e comunicação, fortalecer a noção de cidadania, desenvolver a identidade cultural e capacitar os cidadãos para o mercado de trabalho.

Porto Alegre, seguindo tendência mundial e a exemplo de outras cidades da Europa e América Latina, conta também com um novo programa de inclusão social e digital: o Cibernarium, que é

Um Centro Cultural de Tecnologia, instalado numa área de 123 metros quadrados da Usina do Gasômetro, insere na informática e na Internet os moradores de Porto Alegre que não têm acesso ao computador. O espaço também é utilizado por entidades comunitárias, empresas e instituições de ensino para treinamentos e seminários. [ . . . ] Todas as atividades do local são gratuitas.[ . . . ] O Cibernarium conta com dois ciberespaços, compostos por 20 computadores, duas impressoras, um videocassete e um aparelho de televisão com DVD. (PORTO ALEGRE, 2006)

Estes projetos, tanto os telecentros como o Cibernarium, visam a promoção e a inserção das culturas locais e nacionais nas comunidades mais carentes, fazendo uso para isto das tecnologias de informação e comunicação disponíveis nestes ambientes. Esta mistura entre inclusão digital, social e conhecimento da cidadania pode e deve dar certo. O que falta é conscientizar a sociedade e as instituições públicas dos benefícios que estas ações podem proporcionar.

## **5.2 Serviços do Governo On-line**

Muitos cidadãos não conseguem, por diversos motivos, ter acesso aos

serviços proporcionados pelo governo. Alguns por falta de tempo, outros por impossibilidade física, entre outros diversos fatores.

Por direito à informação entende-se aqui um leque relativamente amplo de princípios legais que visam assegurar que qualquer pessoa ou organização tenha acesso a dados sobre si mesma que tenham sido coletados e estejam armazenados em arquivos e bancos de dados governamentais e privados, bem como o acesso a quaisquer informações sobre o próprio governo, a administração pública e o país, ressalvados o direito à privacidade, o sigilo comercial e os segredos governamentais previstos em lei. (CEPIK, 2000, p.4)

Os serviços do governo disponibilizados on-line têm como objetivo suprir a lacuna de falta de acesso às informações que durante muito tempo ficou aberta.

Segundo Silveira, H. (2001) o programa Sociedade da Informação, lançado pelo governo federal em 1999, além de inserir o Brasil competitivamente na globalização, tinha como objetivo a coordenação do desenvolvimento dos serviços de computação, comunicação e informação e também pretendia a estimulação da pesquisa e educação. Essas aplicações tinham como finalidade tornar o Brasil mais competitivo a nível mundial.

O mesmo autor salienta ainda que este programa teria também o benefício de ampliar o exercício da cidadania.

Segundo o documento da apresentação do programa (1999), existem três tipos de presença de organizações públicas na Internet:

- a) oferecimento apenas de informações institucionais;
- b) prestação de serviços relevantes de *download* (cópia a partir de um computador remoto) de informações para o usuário;
- c) prestação de serviços públicos em tempo real e de forma interativa com o cidadão. (SILVEIRA, H., 2001, p.82)

Atualmente, os projetos governamentais visam além do estímulo à pesquisa e de competitividade internacional, o acesso dos cidadãos aos serviços oferecidos pelo governo através dos portais do cidadão.

Senado Federal, Ministério do Trabalho, Ministério do Planejamento e Gestão, Universidades e Secretarias de Estado são exemplos de instituições que estão inseridas no que se convencionou chamar de Governo Eletrônico. Embora ainda não estruturados totalmente, mas na prática já estão em funcionamento os serviços de informação para e sobre o trabalho pelas quais são responsáveis. (AZEVEDO, 2005, p. 274)

Mesmo que algumas das pessoas para as quais os serviços são oferecidos tenham dificuldade no acesso e que apresentem obstáculos no aprendizado da tecnologia de utilização das mídias, somente o fato de eles existirem e estarem disponíveis para quem quiser utilizá-los já é um grande avanço para a cidadania. É a sociedade fazendo seu papel de representante do povo, fazendo com que mesmo à distância os cidadãos tenham acesso e conhecimento dos atos e dos serviços disponibilizados por suas instituições.

Alguns serviços on-line disponibilizados pelo governo são: a consulta de CPF; declaração de imposto de renda on-line; dados do cartão cidadão. O governo federal através do Portal de Serviços do Governo<sup>17</sup>, disponibiliza o acesso a links de vários serviços ao cidadão, dentre eles pode-se ter acesso à alvarás, certidões de nada consta, denúncias, e vários outros.

Estes dados e informações disponibilizados para os usuários são produzidos nos próprios órgãos ou adquiridos de fontes externas, passam por um processo de organização e tratamento e uma adequação aos objetivos finais do serviço informacional os quais incluem a satisfação de uma necessidade de indivíduos ou grupos. (AZEVEDO, 2005, p.275)

Segundo o que se vê na afirmação de Azevedo, os dados pertinentes aos usuários dos sistemas de informação disponibilizados pelo governo, estão a disposição de qualquer cidadão. O ideal, agora, é que esse serviço seja divulgado e

---

<sup>17</sup> <http://www.e.gov.br/>

que o acesso a ele seja administrado de forma que atenda a todas as classes e necessidades.

### **5.3 Consulta Processual**

Durante muito tempo o cidadão ficou atrelado à morosidade do sistema jurídico no nosso país. Dessa realidade nasceu a preocupação em tornar a justiça algo menos complicado para o cidadão comum. Essa preocupação trouxe a possibilidade do serviço de consulta processual on-line, onde o cidadão não precisa ficar à mercê de seu advogado ou da boa vontade de servidores da justiça, para obter informações sobre sua vida, sobre seus processos.

Como declara Rezende (2004)<sup>18</sup>, hoje é possível acessar através da rede a todos os Tribunais Superiores e a maioria dos Tribunais Federais e Estaduais, o Ministério Público, a OAB, revistas jurídicas eletrônicas, o que contribui para a democratização e disseminação da informação.

Em um site tem-se o acesso através de número de processo, nome da parte ou número da OAB do advogado, aos processos correntes de uma pessoa física ou jurídica. No site do Supremo Tribunal Federal, por exemplo, pode ser consultado o andamento do processo. Esse serviço também pode ser acessado regionalmente. No Estado do Rio Grande do Sul o Tribunal de Justiça, além de outros órgãos, também oferece esse serviço. Além da disponibilização da consulta processual através da Internet, o Fórum Central de Porto Alegre, também disponibiliza terminais

---

<sup>18</sup> Documento Eletrônico

de consulta que são distribuídos no saguão e oferece livre acesso para a população.

Inúmeras são as vantagens de se oferecer esse serviço ao cidadão. Uma delas é a agilidade no atendimento, pois não será necessário a disponibilização de mais pessoas no esclarecimento de dúvidas corriqueiras que podem ser sanadas com o acesso à consulta processual on-line. É uma forma de amenizar a expectativa criada por pessoas que não têm como ir em busca destas informações. Outra segurança oferecida ao usuário é que as informações estão atualizadas, e tanto o cidadão como seu advogado podem utilizá-las sem a necessidade de deslocamento.

Para Dallari (1984, p.54), a cidadania “é uma situação jurídica de uma pessoa em relação a determinado Estado”, portanto, é dever do Estado fornecer o acesso do cidadão a sua situação jurídica.

#### **5.4 E-mails Gratuitos**

Os e-mails gratuitos possibilitam que qualquer pessoa hoje tenha acesso a arquivos importantes armazenados em sua conta pessoal. Possibilitam a integração e o acesso em qualquer parte do planeta, onde haja um computador conectado à Internet, tornando o acesso à informação digital não somente uma coisa fácil como também prática, pois não há a necessidade de se ter disponível um equipamento em casa à disposição.

Segundo a enciclopédia digital Wikipédia<sup>19</sup> os serviços de correio eletrônico são anteriores à Internet e eles tiveram um importante papel no desenvolvimento

---

<sup>19</sup> <http://pt.wikipedia.org/wiki/E-mail>

desta rede mundial de computadores.

Para LUCAS (2002, p. 162), “o correio eletrônico, além de um meio técnico que permite a troca de correspondências, é também uma das formas de comunicação em rede que parece poder dar suporte a uma sensação de comunidade.”

Com a evolução da Internet e com a facilitação do seu acesso, muitos provedores disponibilizam para os seus usuários contas de correio eletrônico gratuitas, talvez com o intuito de popularizar o site, porém o que importa é que mais e mais provedores e sites na Internet estão proporcionando este serviço. Dentre os mais conhecidos estão o Yahoo, G-mail, o Hotmail, Pop, Bol, Ibest, entre outros, que além de fornecerem acesso a contas de e-mail gratuitas, ainda fornecem telas de busca, tradutores, entre outros serviços, todos gratuitos.

Muitas são as vantagens dos e-mails gratuitos, entre elas a facilidade de acesso, a diversidade de provedores que disponibilizam o serviço, agilidade, a privacidade, uma linguagem de fácil compreensão para que englobe a maioria da população, entre outras. Segundo a Wikipédia, os e-mails gratuitos podem oferecer embutidos algumas facilidades como editores de texto, possibilidade de anexar documentos à correspondência enviada, a possibilidade de selecionar se envia a correspondência para um ou vários destinatários, além de outras funcionalidades.

Disponibilizar um meio pelo qual o cidadão comum possa estar em contato com pessoas de diversas partes do planeta e poder compartilhar experiências e realidades, é um grande passo no processo da evolução da cidadania proporcionado pela inclusão digital.

## 5.5 Bancos On-line

Com o crescimento populacional, tornou-se quase impossível a utilização dos serviços bancários presenciais sem se perder a paciência com a demora no atendimento. As pessoas com alguma dificuldade de compreensão dos serviços perdiam horas tentando solucionar suas dúvidas, enquanto o atendimento ficava parado. Como alternativa às filas e dores de cabeça proporcionados pelos serviços demorados surgiram os serviços on-line nas empresas bancárias.

Este surge como mais uma possibilidade para facilitar o acesso dos usuários aos serviços comuns, mais básicos, não dispensando, porém, a existência da agência física. Segundo uma pesquisa realizada pelo primeiro Cyberstudy Internacional da American On-line<sup>20</sup>, “os serviços bancários estão entre os recursos mais utilizados na Internet brasileira. Quase 50% dos usuários residenciais no Brasil dizem que, regular ou ocasionalmente, utilizam serviços bancários online”, isso demonstra a relevância deste serviço.

Alguns dos principais serviços oferecidos pelos bancos através da Internet são: a consulta a dados da conta corrente/poupança do usuário; pagamentos; solicitação de abertura de contas; investimentos; transferências; solicitação de talão de cheques, compra de cartões de telefonia celular, entre outros.

Com a crescente preocupação com a segurança das informações, das transações bancárias e com os dados dos seus clientes, estas instituições financeiras estão investindo cada vez mais em tecnologias de segurança. As mais avançadas tecnologias de proteção proporcionam tranquilidade aos usuários destes

---

<sup>20</sup> <http://www.aol.com.br/institucional/pressreleases/2003/0188.adp>

serviços on-line.

## 5.6 Bibliotecas Digitais e Bibliotecas Virtuais

O acesso à informação sempre foi uma forma de elitizar a sociedade. Quem tem mais acesso às informações consegue ter maior êxito em suas empreitadas. Para diminuir um pouco a disparidade entre os diferentes níveis sociais e a distribuição do acesso à informação formal surgiram as bibliotecas digitais e virtuais.

Há algumas dúvidas com referência ao que seria biblioteca virtual e digital. Existem opiniões contradizentes, se se trata do mesmo serviço informação on-line, onde o conteúdo é armazenado em formatos digitais e pode ser acessado através de redes eletrônicas, ou se tratam de formas diferentes de se disponibilizar a informação. Para este trabalho será utilizado o conceito de que se tratam de formas semelhantes.

### As bibliotecas digitais

A Biblioteca Digital disponibiliza, além de seu catálogo, também os documentos de seu acervo armazenados de forma digital, permitindo sua leitura no monitor, impressão ou importação para o computador. A biblioteca digital deve estar necessariamente ligada a uma instituição, e seus *links* de hipertexto apontam para acervos existentes em formato impresso. (UNESP)<sup>21</sup>

Portanto as bibliotecas digitais são mais uma ferramenta para o usuário utilizar na realização de sua pesquisa e localizar um determinado material, não sendo necessário que este vá até onde se localiza o material para consultá-lo. O

---

<sup>21</sup> [http://www.rc.unesp.br/BibDigital\\_Unesp/Divulga.htm](http://www.rc.unesp.br/BibDigital_Unesp/Divulga.htm)

principal foco da biblioteca digital seria a disponibilização da localização do material pesquisado, mas também disponibilizar seu conteúdo na íntegra, sendo desnecessário consultar o documento na sua forma física.

A biblioteca virtual é conceitualizada como um tipo de biblioteca que, para existir, depende da tecnologia da realidade virtual' (MARCHIORI, 1997, p.118), ou seja, a biblioteca existe apenas no plano virtual, não existindo nenhum documento em forma física.

A biblioteca virtual é conceitualizada como um tipo de biblioteca que, para existir, depende da tecnologia da realidade virtual. Neste caso, um *software* próprio acoplado a um computador sofisticado reproduz o ambiente de uma biblioteca em duas ou três dimensões, criando um ambiente de total imersão e interação. É então possível, ao entrar em uma biblioteca virtual, circular entre as salas, selecionar um livro nas estantes, "tocá-lo", abri-lo e lê-lo. Obviamente, o único "lugar" onde o livro realmente existe é no computador e dentro da cabeça do leitor. (MARCHIORI, 1997, p.118)

Hoje defasado, esse conceito de biblioteca virtual não é mais aceito, mas a forma de acesso ainda continua. A biblioteca virtual e a digital são, em resumo, a mesma forma de disponibilização da informação com nomes diferentes. Apenas a biblioteca virtual pode conter documentos que existam exclusivamente no plano virtual, ou seja, não existem em forma física.

Essa realidade proporciona a qualquer cidadão, desde que esteja utilizando um computador conectado à Internet, o acesso às bibliotecas virtuais do mundo inteiro, podendo navegar por elas e conhecer detalhes que de outra forma talvez nunca tivesse acesso.

Para os usuários, a biblioteca virtual é uma perspectiva de aumentar a velocidade de acesso aos materiais da biblioteca, selecionando-os da imensidão de documentos disponíveis, eliminando ainda as visitas físicas à biblioteca. Os usuários poderão optar em consultar a biblioteca na hora em que elas estão abertas ou acessá-las remotamente, a qualquer hora, de suas próprias mesas e casas. (MARCHIORI, 1997,p.119)

As bibliotecas digitais ou virtuais, independente do conceito que elas incorporem, têm como principal finalidade, basicamente a mesma coisa: proporcionar o acesso remoto a informações, igualmente a qualquer pessoa que possa utilizar um computador.

Tais serviços podem ser acessados remotamente de quaisquer pontos do planeta, e os documentos 'virtuais' disponibilizados *online*, além de favorecerem acessibilidade ilimitada e universal não sofrem mais problemas de sua contraparte física, haja vista sua reprodutibilidade técnica infinita. (CABRAL, 2002, p. 170)

Através dessa forma de acesso aos catálogos das bibliotecas, o cidadão comum pode atualizar-se e estar conectado aos principais fatos dentro das áreas de interesse em que busca a informação.

A tecnologia utilizada pelas bibliotecas vem abrindo caminhos para novos processos e atividades. Principalmente com a digitalização de documentos e o uso em larga escala da Internet, surgem diversas bibliotecas digitais. Criam-se, dessa maneira, novas possibilidades para a divulgação de informações sobre a biblioteca, seu acervo e serviços oferecidos ao usuário. (NARDINO, CAREGNATO, 2005, p.382)

Este é mais um motivo pelo qual se faz tão necessária e urgente, a inclusão digital de cada vez mais pessoas. A informação e os serviços estão disponíveis e prontos para serem captados, absorvidos e transformados em conhecimento, basta apenas que todos os cidadãos possam ter acesso a eles de forma equivalente e que através da alfabetização digital saibam aproveitar adequadamente a sua utilização.

## 5.7 Bases de Dados

Por muito tempo a pesquisa científica ficou restrita ao ambiente das universidades e centros de pesquisas. Com o advento da Internet houve a popularização deste recurso fora do ambiente acadêmico e a pesquisa tradicional não é mais restrita aos ambientes dos *campi* das universidades.

Além de proporcionar mais eficiência na consulta, as bases de dados possibilitaram outros meios de acesso à informação. Inicialmente disponíveis apenas para consulta local, já na década de 60 as bases de dados puderam ser acessadas remotamente, via redes de computadores de comutação de pacotes. A partir de 1985, passaram também a ser produzidas e disseminadas utilizando a tecnologia do CD-ROM. A difusão da Internet na década de 90 facilitou ainda mais o acesso remoto às bases de dados. (CENDÓN, 2003, p. 221)

Algumas universidades e instituições de pesquisa, entre outros, disponibilizam artigos publicados por seus professores, pesquisadores e alunos gratuitamente na Internet. Isto fez com que o acesso a informações antigamente geradas apenas para conhecimento dos próprios pesquisadores e alunos, se tornasse algo disponível para a população. É claro que algumas bases de dados, com informações sigilosas, continuam sendo de acesso restrito, mas basicamente encontra-se disponibilidade de consulta em várias áreas do conhecimento.

Com o barateamento do hardware, software e custo das bases de dados em CD-ROM, o desenvolvimento das redes de telecomunicações e o acesso on-line às bases de dados, mudou o paradigma de bibliotecas baseadas em acervo para o paradigma do acesso, atuando como um centro distribuidor de informações. (MARTINEZ, 1999, p. 214)

O primeiro passo dado na popularização das bases de dados, como descrito na afirmação de Martinez, foram os CD-ROM's, que apesar de não terem uma

capacidade de armazenamento muito grande, satisfaziam as necessidades básicas de algumas bibliotecas. Mas a evolução constante das tecnologias de informação e comunicação gerou a necessidade de expandir a utilização desse recurso.

Atualmente o acesso a essas bases de dados não fica restrito ao ambiente das bibliotecas, universidades e instituições de pesquisa. Diversas bases de dados, algumas com muita qualidade, estão disponíveis para uso através da Internet. Atualmente temos disponíveis diversos tipos de bases de dados com bastante consistência e qualidade e qualquer cidadão que tenha acesso ao computador pode ter acesso à elas de forma gratuita.

O Portal do Prossiga<sup>22</sup> (Programa de Informação para Gestão de Ciência, Tecnologia e Inovação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia) disponibiliza links de algumas bases de dados, distribuídas por áreas do conhecimento e por órgãos produtores de conhecimento.

O IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, também disponibiliza links para acesso a bases de dados, algumas têm o acesso mediante assinatura e pagamento, mas o site também disponibiliza endereços de bases gratuitas.

A questão na utilização das bases de dados gratuitas é a disponibilidade que elas têm na sua acessibilidade pelos cidadãos. É preciso que o poder público, a sociedade e as instituições de ensino façam a divulgação da disponibilidade deste serviço para que o acesso dos cidadãos seja mais democrático e que este seja utilizado em toda a sua potencialidade.

---

<sup>22</sup> <http://www5.prossiga.br/basesdedados/>

## 6 CONCLUSÃO

O conceito de cidadania modificou-se historicamente, visto que a sociedade foi mudando e reciclando seus conceitos, metas e objetivos. A cidadania antes vista como um ideal distante a ser atingido, atualmente alcança patamares inimagináveis na Grécia ou Roma antigas. Muitas coisas ainda continuam fora de alcance da maioria da população, apesar de todo o avanço tanto na área social como tecnológica.

Mesmo que nem todos os indivíduos estejam preparados ou façam uso das tecnologias de informação e comunicação, não se pode negar que elas estão presentes na vida atual e produzem um novo tipo de cidadania. Esta cidadania antes vista como territorial, hoje alcança a aldeia global onde estamos inseridos e onde a sociedade em rede surge como um novo modo de utilização das informações. Ela é responsável por um novo tipo de cidadania, a cidadania digital e surge como uma promessa de facilitar o acesso do cidadão. Esta se caracteriza por ser uma forma mais democrática para o cidadão conhecer e exercer os seus direitos e deveres. Ela tem um significado diferente porque faz com que cada indivíduo esteja interligado a várias outras culturas, pessoas e possibilidades.

Proporcionar que os cidadãos se tornem cidadãos digitais é um dos propósitos da sociedade em rede e da sociedade como um todo, portanto é preciso iniciativas de preparação e capacitação da população na utilização desses mecanismos.

As políticas públicas de inclusão digital se fazem necessárias tanto quanto iniciativas de conscientização do indivíduo a respeito do voto cidadão, por exemplo,

ou como ações de prevenção de doenças, serviços de saúde acessíveis às comunidades mais carentes, saneamento básico, alimentação adequada e possibilidade de uma educação formal eficiente.

Se vierem do poder público, de instituições não-governamentais ou privadas, tanto faz. O importante é que sejam fornecidos subsídios para a utilização das TIC's pela população em geral e que essa mesma população tenha conhecimento do benefício advindo desses novos meios de acesso à informação.

Como foi abordado neste trabalho, algumas políticas, pioneiras ou não, estão sendo implantadas no nosso país para proporcionar que o cidadão tenha maior facilidade no acesso e utilização das informações. Procurou-se mostrar de que forma ocorre o acesso à informação na sociedade em rede; quais as políticas públicas existentes em relação à inclusão digital e quais as políticas públicas realmente implementadas para a construção da cidadania na sociedade em rede

Há muito a ser feito e muitas barreiras a serem quebradas, mas o primeiro passo já foi dado: disponibilizar a informação; o segundo passo está em fase de se concretizar: os meios de fornecer acesso a estas informações e o terceiro passo ainda está por vir: todos os cidadãos terem acesso tanto às informações disponibilizadas em rede, como às ferramentas necessárias para se fazer uso delas.

A cidadania digital só é possível se for concebida dentro de um quadro que permita ver cidadania no seu todo. O acesso a cidadania digital, ambiental, política, social, entre outras, só é possível, se a cidadania como um todo, for respeitada. As políticas de inclusão digital só podem se concretizar se esta estiver inserida em outras políticas de inclusão social.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Maria Elizabeth de. Fontes governamentais de informação para/sobre trabalho. **Transinformação**, Campinas, v.17, n.3, p. 271-284, set./dez., 2005.

BARBALET, J.M. **A Cidadania**. Lisboa: Editoria Estampa, 1989.

BATISTA, Sofia Galvão. A Inclusão Digital: programas governamentais e o profissional da informação - reflexões. **Revista Inclusão Social**, Brasília, v.1, n.2, p. 23-30, abr./set. 2006.

CABRAL, Ana Maria Rezende. Tecnologia Digital em Bibliotecas e Arquivos. **Transinformação**, Campinas, v.14, n.2, p. 167-177, jul./dez., 2002.

CALLIGARIS, César. Inclusão Digital: o que é e a quem se destina?. **Websinder**, 2005. Disponível em:< <http://webinsider.uol.com.br/vernoticia.php/id/2443>>. Acesso em: 21 maio 2006.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**: a era da informação, economia, sociedade e cultura. 6ªed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. v.1.

CENDÓN, Beatriz Valadares. Serviços de Indexação e Resumo. In: CAMPELO, B; CENDÓN, B; KREMER, J.,(orgs). **Fontes de Informação para Pesquisadores e Profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é Cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos Humanos e Cidadania**. São Paulo: Moderna, 1999.

\_\_\_\_\_. **O que são os Direitos da Pessoa**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DIMANTAS, Hernani. **Livre como um pingüim**. [s.l.]: Itáu Cultural, [2000]. Disponível em: <[http://www.itaucultural.org.br/index.cfm?cd\\_pagina=2014&cd\\_materia=1281](http://www.itaucultural.org.br/index.cfm?cd_pagina=2014&cd_materia=1281)>. Acesso em: 15 abr 2006.

GUERREIRO, Evandro Prestes. CIBERCITY 2003: cidade digital e sociedade em rede. Disponível em: <(\*)<http://www.cidade.usp.br/arquivo/artigos/index1703a.php> /> Acesso em: 15 abr 2006.

HISTÓRIA de Roma: da Monarquia à República. Disponível em: <<http://www.culturabrasil.org/roma.htm>>. Acesso em: 08 nov. 2005.

HOLGONSI SOARES. **Globalização**: sobre a desterritorialização,. Disponível em: <<http://www.angelfire.com/sk/holgonsi/index.gdesterrito.html>>. Acesso em 15/04/06

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. IBICT. Site do Programa Inclusão Social. Disponível em: <[http://www.ibict.br/inclusaosocial/index.php?option=com\\_content&task=blogcategory&id=52&Itemid=190](http://www.ibict.br/inclusaosocial/index.php?option=com_content&task=blogcategory&id=52&Itemid=190)>. Acesso em: 10 mar 2006.

LEMOS, André. **Cibercultura, Tecnologia e Vida Social na Cultura Contemporânea**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

LIMA, Frederico. **A Sociedade Digital**: impacto da tecnologia na sociedade, na cultura e nas organizações. Rio de Janeiro: Qualitymare, 2000.

LITTO, Frederic. **Telecentros Comunitários**: uma resposta à “Exclusão Digital”. Disponível em: <[http://www2.uol.com.br/aprendiz/n\\_colunas/f\\_litto/id211100.htm](http://www2.uol.com.br/aprendiz/n_colunas/f_litto/id211100.htm)>. Acesso em: 15 mar 2006.

LUCAS, Clarinda Rodrigues. As Tecnologias da Informação e a Exclusão Digital. **Transinformação**, Campinas, v.14, n.2, p. 159-165, jul./dez., 2002.

MACADAR, Marie Anne; REINHARD, Nicolau. **Telecentros Comunitários Possibilitando a Inclusão Digital**: um estudo de caso comparativo de iniciativas brasileiras. Disponível em: <<http://www.fia.com.br/professores/reinhard/artigos%5CENANPAD2002-Telecentros.pdf>>. Acesso em: 13 jan 2006.

MARCHIORI, P. Z. "Ciberteca" ou Biblioteca Virtual: uma perspectiva de gerenciamento de recursos de informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 26, n.2, p.115-124, maio/ago. 1997.

MARTINEZ, Adriana M. E. A Indústria da Informação no Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.4, n. 2, p. 211-216, jul./dez. 1999.

MORIGI, Valdir José; MOSELE, Elisabeth Maria. **Cidadão Digital e Cidadania Planetária**. Ecos Revista, Pelotas-RS, v. 9, n. 1, p. 133-154, 2005.

MUSTARO, Pollyana Notargiacomo. **Novas Educações na Sociedade em Rede**. Disponível em: <[http://www.rits.org.br/redes\\_teste/rd\\_tmtes\\_jan2005.cfm](http://www.rits.org.br/redes_teste/rd_tmtes_jan2005.cfm)> Acesso em: 10 mar 2006

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bressanezi (orgs). **História da Cidadania**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

PORTO ALEGRE. Secretaria de Direitos Humanos e Segurança Urbana. Disponível em: <[http://www.telecentros.com.br/default.php?p\\_secao=43](http://www.telecentros.com.br/default.php?p_secao=43)> Acesso em: 15 abr 2006.

REZENDE, Martha Izabel de Souza Duarte. **Gerenciamento da Informação e do conhecimento jurídico**. [2004?]. Disponível em: <<http://www.ufisc.com.br>>. Acesso em: 10 nov 2005.

REZENDE FILHO, Cyro de Barros; CÂMARA NETO, Isnard de Albuquerque. **A Evolução do Conceito de Cidadania**. Disponível em: <<http://www.unitau.br/prppg/publica/humanas/download/aevolucao-N2-2001.pdf>>. Acesso em: 06 nov 2005.

RODRIGUES, Gislene. **Construção de Redes: um processo educativo em comunidades**. Disponível em: <[http://www.rits.org.br/redes\\_teste/rd\\_tmtes\\_mai2005.cfm](http://www.rits.org.br/redes_teste/rd_tmtes_mai2005.cfm)>. Acesso em: 10 abr 2006.

SANTANA, Marcos Silvio de. **O que é Cidadania?**. Disponível em: <<http://www.advogado.adv.br/estudantesdireito/fadipa/marcossilviodesantana/cidadania.htm>>. Acesso em: 10 nov 2005.

SANTOS, Paula Xavier dos. A dimensão Política da Disseminação da Informação Através do Uso Intensivo das Tecnologias de Informação e Comunicação uma Alternativa à Noção de Impacto Tecnológico. **DataGramZero** - Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v.5 n.4, ago. 2004.

SILVEIRA, Henrique Flávio Rodrigues da. Internet, Governo e Cidadania. **Revista Ciência da Informação**. Brasília, v.30, n.2, p. 80-90, maio/ago. 2001.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Exclusão Digital**: a miséria na era da informação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

TARGINO, Maria das Graças. Biblioteconomia, Informação e Cidadania. **Revista da Escola de Biblioteconomia**, UFMG, Belo Horizonte, v.20, n.2, p.149-160, jul.-dez. 1991.

WERTHEIN, Jorge. A Sociedade da Informação e Seus Desafios. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77, maio/ago. 2000.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. UNESP. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Unesp. Disponível em:  
<[http://www.rc.unesp.br/BibDigital\\_Unesp/Divulga.htm](http://www.rc.unesp.br/BibDigital_Unesp/Divulga.htm)>. Acesso em: 06 abr 2006.

E-MAIL. In: Wikipedia. Disponível em:<<http://pt.wikipedia.org/wiki/E-mail>>. Acesso em: 09 maio 2006.